

3. PASTORE, José e outros. *Profissionais Especializados no Mercado de Trabalho*, São Paulo (USP), Faculdade de Economia e Administração, IPE, 1973, p. 146.
4. AGUIAR, José Márcio. *CBF - Pareceres Básicos - Reforma Ensino I/II Graus*, Vol. 1, Belo Horizonte, MAI Editora S/A, 1975 (1ª Ed.), p.337.
5. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, *Cadernos de Pesquisa*, n.ºs. 4 a 15 (Artigos sobre Planejamento Educacional), São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1972/75.
6. ALVES, Denisard Cnêio de Oliveira e NOGUEIRA, Oracy, *Capacidade Instalada na Universidade de São Paulo*, São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1975.
7. SIMPÓSIO SOBRE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1972.
8. TEIXEIRA Jr., Antônio S. *Projeto Nacional de Ensino de Ciências*, São Paulo, FUNBEC, 1976 (Pesquisa em elaboração).

3. Alguns Aspectos da Profissionalização do Ensino de 2º Grau em Minas Gerais  
 VANESSA G. MARRI (FE-UFMG)

Não é uma tarefa fácil retratar de forma objetiva a situação atual do sistema de ensino de 2º grau no Estado de Minas Gerais, muito menos, tentar uma análise de sua atual performance como ensino que pretende ser profissionalizante. A ausência de dados sobre a situação educacional parece ser uma constante também nos outros Estados da Federação, a tal ponto que vem sendo apontada como um dos principais obstáculos ao planejamento. É comum encontrarmos estudos realizados por diferentes instituições de pesquisa, sejam elas oficiais ou não, fornecendo informações divergentes, obrigando desse modo que sua utilização seja feita sempre com as devidas reservas.

No caso específico de Minas Gerais não se dispõe ainda de estudos mais significativos que façam, ou se proponham a fazer, uma abordagem mais substantiva dos problemas educacionais existentes, que avaliem mais criticamente o funcionamento do sistema. Temos conhecimento de alguns trabalhos de tese que estão sendo desenvolvidos nesta linha não estando os dados ainda à disposição dos interessados.

Pretendemos contribuir para discussão do tema *Ensino Médio no Brasil*, apresentando principalmente alguns aspectos levantados pela Assessoria Técnica do C.E.E. em recente publicação (\*). Embora não constitua um estudo aprofundado da questão (e não era essa a preocupação dos autores), tal trabalho vem permitir uma visão geral da implantação da Reforma no Estado em termos das habilitações profissionais existentes.

Além disso tais dados, em sua simplicidade, permitem responder às perguntas que legitimamente podemos fazer após cinco anos de *progressiva* e *metódica* implantação da Reforma no Estado: que mudanças significativas ocorreram na educação a partir da 5.692? Até que ponto o sistema educacional se tornou mais democrático? Qual tem sido a efetiva participação dos poderes públicos no processo de reforma do ensino, como elemento disciplinador, financiador do sistema e criador de oportunidades educacionais? ●

## **INEXPRESSION DO PERCENTUAL DE ESTUDANTES**

### **A NÍVEL DO ENSINO DE 2º GRAU**

O Estado de Minas Gerais com uma população estudantil em torno de 1.333.026 na faixa etária de 15 a 19 anos, apresenta-se em 1975 com 1.534 cursos de 2º grau.

O percentual de alunos de 2º grau atendido por tais cursos é inexpressivo, constituindo apenas 5,4% da popula-

---

(\*) *Habilitações profissionais de 2º grau no Estado de Minas Gerais*

ção estudantil do Estado, contra 92% no 1º grau. Esta é a situação já por demais conhecida da pirâmide educacional brasileira.

Os fatores determinantes de tão dramática situação são indicados por inúmeros estudos já realizados: ausência de maiores oportunidades educacionais, vale dizer, escola gratuita para a maior parte da população brasileira que se encontra localizada nos estratos baixos, evasão escolar e repetência motivadas pelos problemas de ordem econômica e social: poucos recursos, carência de material escolar, subnutrição, etc.

No período de 1970/1973, o incremento da matrícula se deu em torno de 20% aproximadamente neste nível, segundo dados oficiais.

#### **DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS EXISTENTES PELOS SETORES DE ATIVIDADE**

Considerando ser o objetivo da profissionalização a nível do 2º grau adequar a educação ao mercado de trabalho, convém analisar a distribuição dos cursos existentes, em relação aos setores econômicos.

Dos 1.534 cursos de 2º grau existentes em Minas Gerais em 1975, 165 (10,76%) ainda são constituídos por cursos colegiais secundários, que ministram somente educação geral. Os demais são representados por cursos profissionalizantes com nítida preponderância das habilitações profissionais do setor terciário da economia que, com 1.099 cursos, constitui 71,64% do total. Quanto à participação dos cursos do setor primário, esta não chega, com seus 15 cursos a 1% do total, ou seja, apenas 0,98%.

E interessante chamar a atenção para o quadro da Tabela I.

Como podemos observar, há uma total inversão na distribuição das habilitações profissionais se comparada com a distribuição da população ativa em Minas Gerais **pelos se-**

T A B E L A I

| SETOR               | CURSOS |   | POP. ECON. ATIVA |
|---------------------|--------|---|------------------|
|                     | nº     | % | %                |
| Colegial Secundário | 10,76  |   | —                |
| Primário            | 0,98   |   | 49,9             |
| Secundário          | 16,62  |   | 14,9             |
| Terciário           | 71,64  |   | 35,2             |

*Fonte: Tabelas I, II, III, IV - Assessoria Técnica C.E.E. - 195  
Censo demográfico 70-IBGE*

tores de atividade. Mesmo considerando que há uma tendência no crescimento do número de empregos no setor secundário e terciário da economia e que o setor primário tende a diminuir nos últimos anos, fica bastante evidente que menos de 1% de habilitações nessa área caracteriza uma significativa distorção na oferta dos cursos. Por que, na verdade, isso ocorre? Não estão motivados os alunos para essas áreas? Essas áreas não estarão demandando técnicas?

Pela leitura da Tabela II vê-se que no setor secundário predominam as habilitações em nível de auxiliar (57,65%) havendo portanto prevalência da educação geral. Ao contrário, o setor terciário apresenta um predomínio dos cursos de nível técnico (86,67%).

Ocorre, neste caso, o reflexo de uma situação bem anterior à Lei: os cursos voltados para o magistério e o comércio. Há a considerar que é nesse setor que se encontram os 476 cursos de formação de professores (antigo Normal) e os 288 cursos técnicos de contabilidade. Vale a observação de que os primeiros representam 31,03% do total dos cursos de 2º grau e 34,77% das habilitações profissionais. Os cursos de Técnico de Contabilidade correspondem a, **respectiva-**

T A B E L A   I I

Habilitações Profissionais Segundo o Setor, o Nível de Formação e sua Participação no Total dos Cursos - Minas Gerais - 1975.

| SETOR        | HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS |            |             |              |            |              |
|--------------|----------------------------|------------|-------------|--------------|------------|--------------|
|              | NÍVEL DE FORMAÇÃO          |            |             |              |            |              |
|              | TOTAL                      |            | Técnico     |              | Auxiliar   |              |
|              | N                          | %          | N           | %            | N          | %            |
| Primário     | 15                         | 100        | 13          | 86,67        | 2          | 13,33        |
| secundário   | 255                        | 100        | 108         | 42,35        | 147        | 57,65        |
| Terciário    | 1099                       | 100        | 960         | 83,35        | 139        | 12,65        |
| <b>TOTAL</b> | <b>1369</b>                | <b>100</b> | <b>1081</b> | <b>78,96</b> | <b>288</b> | <b>21,04</b> |

*Fonte: Tabela I - Assessoria Técnica C.E.E.*

mente, 18,77% do total de cursos e 21,04% das habilitações.

Considerando os dados acima expostos, cabe perguntar em que sentido houve uma alteração no quadro do ensino profissionalizante no Estado, após a 5.692, uma vez que é exatamente no setor terciário que encontramos mais de 50% dos cursos profissionais que tiveram autorização para funcionar no período de 1971/1975, como demonstra a Tabela III.

A pergunta se torna pertinente se lembramos que no setor terciário os conhecimentos técnicos específicos são bastante reduzidos, sendo suficiente para o exercício das funções, uma boa formação geral complementada por treinamento em serviço. Nesse caso, por que forçar a *profissionalização* a nível do sistema escolar?

O interessante é que esse mesmo argumento é apresentado pelo Grupo do Centro Brasileiro de Construções e Equi-

T A B E L A   I I I

Cursos Autorizados no Período de 1971/1975

| SETOR      | ESTADUAL | MUNICIPAL | PARTICULAR | TOTAIS |
|------------|----------|-----------|------------|--------|
| Primário   | —        | —         | 2          | 2      |
| Secundário | 14       | 4         | 155        | 171    |
| Terciário  | 17       | 5         | 259        | 281    |
| TOTAL      | 31       | 9         | 416        | 454    |

*Fonte: Tabela I - C.E.E. MG - Quadros de Classe dos Estabelecimentos de Ensino de 2º grau - DE - 11 - SEE 1974 - Parecer do C.E.E. - 72 - 75.*

pamentos Escolares (CEBRACE) encarregado pelo MEC de propor uma nova interpretação da Lei 5.692 - Habilitações Básicas no Curso de 2º grau. Resta ainda observar que muitas ocupações, embora demandem escolaridade de 2º grau, não se enquadram na categoria de técnico de nível médio, por não exigirem conteúdo apreciável de conhecimentos específicos. A quantidade de empregos correspondentes a estas ocupações supera a proporcionada pelas de natureza técnica. Se bem que encontradas em todos os setores de atividades, as ocupações desse tipo são mais frequentes em atividades do setor terciário, de que são exemplos as comerciais, bancárias, e do serviço público.

### ELITIZAÇÃO DO SISTEMA

O que mais impressiona no exame da situação é o crescente aumento da rede particular de ensino que, no caso brasileiro, vem assumindo historicamente a função de garantir a manutenção do ensino médio e no momento consolida a sua

posição. Tal **constatação** não seria portanto nenhuma novidade não fora uma diminuição relativa do ensino **público no momento** em que se pensa numa profissionalização **compulsória** a nível de todo o 2º grau.

A análise da Tabela IV permite verificar que a iniciativa particular comparece com o maior número, ou seja **1.133** cursos que representa **73,86%** do total. Os demais **26,14%** são representados por cursos oficiais, sendo os estaduais correspondentes a **16,36%**, os municipais **7,89%** e os federais **1,89%** do total.

Ora, se considerarmos que apenas **5,4%** da população **estudantil** tem acesso a esse nível de ensino, e que nesse nível se concentra a iniciativa particular, ao lado de crescimento proporcionalmente vegetativo da rede de ensino oficial, concluiremos que o sistema permanece, de **princípio**, altamente **elitista**. Não faz sentido pensarmos numa democratização do sistema, quando se sabe que a rede particular tem fins lucrativos e as suas anuidades e taxas, para considerarmos apenas este aspecto, tornam o ensino uma questão proibitiva para a maior parte da população.

Analisando ainda a participação das diversas entidades na manutenção das habilitações profissionais, constata-se que no setor primário a participação do poder público é maior, uma vez que **nóve** das quinze **habilitações** são federais.

O Estado e os municípios não mantêm nenhum curso nesse setor e **habilitações** mantidas pela iniciativa particular correspondem a **40%** do total.

No setor secundário é mínima a participação do poder público, que mantém **38** habilitações correspondendo a **14,90%** das **255** existentes.

A predominância das **habilitações** mantidas pela iniciativa particular também se repete no setor **terciário**. E esse não é apenas um reflexo de uma situação que se definiu no passado, mas representa uma tendência do momento atual.

Como **já** foi demonstrado na Tabela III, as novas auto-

T A B E L A    I V

Habilitações Profissionais de 2º Grau em Minas Gerais

|                     | ENTIDADE MANTENEDORA |      |           |       |           |       |            |       |       |       |
|---------------------|----------------------|------|-----------|-------|-----------|-------|------------|-------|-------|-------|
|                     | federal              |      | Estadua l |       | Municipal |       | Particular |       | Total |       |
|                     | N                    | %    | N         | %     | N         | %     | N          | %     | N     | %     |
| Colegial Secundário | -                    | -    | 59        | 35,76 | 18        | 10,91 | 48         | 53,33 | 165   | 10,76 |
| Primário            | 9                    | 60   | -         | -     | -         | -     | 6          | -     | 15    | 0,98  |
| Secundário          | 17                   | 6,66 | 17        | 6,66  | 4         | 1,57  | 217        | 85    | 255   | 16,62 |
| Terciário           | 13                   | 0,27 | 175       | 15,92 | 99        | 9,01  | 822        | 74,8  | 1099  | 71,64 |
| TOTAL               | 29                   | 1,89 | 252       | 16,36 | 121       | 7,89  | 1133       | 73,8  | 1534  | 100   |

rizações para funcionamento, a partir de 1972, demonstram que das 454 novas habilitações, 416 pertencem à iniciativa particular, enquanto que, apenas 31 foram implantadas pelo Estado e pelo Município.

A participação acanhada do poder público a nível do 2º grau pode ser percebida não só pelo aspecto quantitativo como também pelo fato de que a ele pertence quase a metade dos estabelecimentos de ensino de 2º grau que não se enquadram ainda no esquema profissionalizante.

Ao final dessas colocações, acreditamos ser possível afirmar que há uma distância significativa entre os objetivos manifestos da profissionalização proposta pela reforma de 1º e 2º graus e sua implantação no Estado de Minas Gerais.

As perguntas que poderiam ainda ser feitas, em relação aos motivos reais que explicariam tal defasagem, nos remeteriam necessariamente a uma análise mais global da atual política educacional brasileira e, em última instância, a própria função do sistema educacional numa sociedade capitalista, que será tema de análise de um dos componentes da mesa.

#### **4. Ensino Médio Após a Implantação da Reforma de 1971**

LUÍS ANTONIO R.C. CUNHA (FGV-RJ)

Pretendia fazer a minha exposição centrada nas modificações que o ensino médio está sofrendo depois da implantação da reforma de 1971. Mas acho preferível fazer uma compressão, talvez algo mais, uma cirurgia, nessa exposição, e abordar dois temas que acho fundamentais para o encaminhamento do debate. Então vou fazer um desvio inicial em relação à minha exposição. Eu queria abordar quase duas conceituações a respeito de dois assuntos: o que é o diploma e o que é a política educacional.

Parece-me que o diploma tem sido entendido, em geral, de uma forma talvez apressada em nossos trabalhos, como uma